

Estudo Técnico Preliminar 7/2024

1. Informações Básicas

Número do processo: 08420.002128/2024-54

2. Introdução

Consoante orientações expressas do Tribunal de Contas da União, as contratações públicas devem ser precedidas de Estudos Técnicos Preliminares para análise da sua viabilidade e o levantamento dos elementos essenciais que servirão para compor o Termo de Referência ou Projeto Básico, de forma que melhor atenda às necessidades da Administração. Nesse sentido, destaca-se entre suas principais vantagens a identificação de custos e riscos correlacionados à contratação, bem como das maneiras de minimizá-los, configurando-se uma fase primordial desse processo. Destarte, optou-se por seguir as diretrizes gerais apontadas pela Instrução Normativa 40/2020 SG/ME, de 22 de maio de 2020 (Dispõe sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares - ETP - para a aquisição de bens e a contratação de serviços e obras, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, e sobre o Sistema ETP digital), visando a elaboração deste Estudo Técnico Preliminar para verificar a viabilidade da contratação dos serviços de capacitação para formação de Brigada de Incêndio (nível intermediário), visando a formação de aproximadamente 50 colaboradores, objetivando a promoção da prevenção de sinistros e acidentes envolvendo danos e riscos, apoio no combate a princípios de incêndios e prestação de primeiros socorros a vítimas, além de auxiliar o Corpo de Bombeiros em situações adversas. Tais profissionais deverão, ainda, ser treinados para atuar, dentre outros, no escape emergencial, dentro de uma área preestabelecida em atendimento aos requisitos legais. Além disso, capacitá-los para o uso racional e metodológico dos recursos humanos e materiais em casos de emergência, evitando reações de pânico, bem como atitudes impulsivas perigosas decorrentes de ocorrências emergenciais, propiciando antecipação de riscos e resposta adequadas às necessidades observadas em ocorrências de sinistros e emergências.

O presente Estudo Técnico objetiva apontar a solução que melhor atende aos interesses da Administração em face da demanda da Superintendência Regional da Polícia Federal no Rio Grande do Norte, formalizada através do Documento de Oficialização de Demanda SEI (34409950) que trata sobre a contratação de empresa especializada em treinamento para formação de Brigada de Incêndio para atuação nas dependências da SR/PF/RN, na prevenção e no combate ao princípio de incêndio, abandono de área e primeiros socorros, de acordo com as legislações pertinentes.

Este ETP foi elaborado seguindo a ordem dos elementos elencados no § 1º Art. 18 Lei 14.133/2021.

Os serviços referenciados neste estudo, dadas as suas características, se enquadram no conceito de Serviço Comum de Engenharia e encontram-se devidamente alinhados ao Objetivo Estratégico Institucional que prevê a efetividade ao emprego dos recursos, por meio de obras, edificações e logística, conforme publicação do Boletim de Serviço nº 193, de 10.10.2022.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
SELOG/SR/PF/RN	ANA CAROLINA CARVALHO CAETANO

4. Descrição da necessidade

Conforme consta no Documento de Oficialização da Demanda – DOD, elaborado pelo Grupo Técnico em Edificações - GTED /SELOG/SR/PF/RN, a formação da Brigada de Incêndio para atuação nas dependências da Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado do Rio Grande do Norte visa, em caso de sinistro, visa proteger a vida e o patrimônio, reduzindo os danos ao meio ambiente até a chegada do socorro especializado, momento em que poderá atuar no apoio.

A contratação de empresa especializada para ministrar treinamento para formação de brigadistas de incêndio tem como objetivo atender os requisitos legais junto ao Corpo de Bombeiros Militares do Estado do Rio Grande do Norte para a renovação do Auto de Vistoria - AVCB.

O treinamento a ser contratado tem como finalidade a capacitação de um grupo formado por servidores, voluntários da SR/PF/RN e que tem por objetivo promover a prevenção de sinistros e acidentes envolvendo danos e riscos, ajudar no combate a princípios de incêndios e prestar os primeiros socorros a vítimas, além de auxiliar o Corpo de Bombeiros em situações adversas. Esses profissionais deverão ser treinados para atuar, dentre outros, no escape emergencial, dentro de uma área preestabelecida em atendimento aos requisitos legais. Além disso, capacitá-los para o uso racional e metodológico dos recursos humanos e materiais em casos de emergência, evitando reações de pânico, bem como atitudes impulsivas perigosas decorrentes de ocorrências emergenciais, propiciando antecipação de riscos e resposta adequadas às necessidades observadas em ocorrências de sinistros e emergências.

Dessa forma, a demanda inclui a capacitação dos servidores propondo assegurar um número de pessoas treinadas e aptas para compor a Brigada de Incêndio, conforme estabelecido pelo Corpo de Bombeiros Militar do Rio Grande do Norte - CBM/RN, que além de atendimento a requisitos legais contribui para operacionalização das ações de segurança necessárias em situações emergenciais.

5. Descrição dos Requisitos da Contratação

A empresa a ser contratada deverá atuar no ramo relacionado ao objeto da Licitação;

A empresa deverá possuir em seu quadro funcional, pessoal habilitado e treinado para execução dos serviços em tela;

A capacitação dos servidores deverá atender as exigências legais que regulamentam a segurança contra incêndio, incluindo as Leis, Decretos, Normas Técnicas e Instruções Técnicas do Corpo de Bombeiros do Estado do Rio Grande do Norte - CBM/RN, seguindo a carga horária e disciplinas (teórica e prática) para o treinamento nível intermediário;

A empresa contratada deverá treinar os servidores para que ao final do curso estejam aptos a:

Proteger a vida dos servidores desta SR/PF/RN, em caso de incêndio;

Dificultar a propagação, reduzindo danos ao meio ambiente e ao patrimônio;

Proporcionar meios de controle e extinção do princípio de incêndio;

Dar condições de acesso aos profissionais do Corpo de Bombeiros, quando for necessária a intervenção nas dependências do prédio da PF;

As obrigações da CONTRATADA e CONTRATANTE estarão previstas no Termo de Referência.

6. Levantamento de Mercado

A terceirização deste serviço é possível conforme Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, artigo 2º, o qual determina que “Ato do Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão estabelecerá os serviços que serão preferencialmente objeto de execução indireta mediante contratação”.

Não há outra forma de prestação destes serviços que não seja a contratação de empresa especializada. Além disso, cabe destacar que as atividades prestadas pelo serviço que se pretende contratar têm como principal característica a prestação de serviço que não é da área-fim da Polícia Federal, de modo que a mesma não dispõe nem de pessoal, nem de know-how para a execução do serviço.

Diante disto, foram efetuadas pesquisas de mercado, através de cotação direta com prestadores do referido serviço, a fim de encontrar a melhor solução para a demanda de interesse público.

7. Descrição da solução como um todo

Envolve a contratação de empresa especializada para ministrar treinamento teórico e prático para formação de brigadistas de incêndio, visando atender requisitos e dispositivos legais exigidos para renovação/obtenção do Auto de Vistoria e Liberação emitido pelo Corpo de Bombeiros (AVCB).

O treinamento de curso de brigadista deve ser efetuado em um treinamento único, mediante ao cumprimento da jornada das disciplinas e carga horária, conforme exigências do Corpo de Bombeiros do Estado do Rio Grande do Norte:

Nível de Treinamento: INTERMEDIÁRIO

Módulos (Anexo B, tabela B.1, IT-17/2022 - CBM/RN):

Parte Teórica de Combate a Incêndio: 01 a 14, 19 e 20;

Parte Teórica de Primeiros Socorros: 15, 16, 17 e 18 (somente grandes hemorragias);

Parte Prática de Combate a Incêndio: 5, 7, 8, 9, 10, 11 e 12;

Parte Prática de Primeiros Socorros: 15, 16, 17 e 18 (somente grandes hemorragias).

A Carga Horária Mínima deverá ser de (Anexo B, tabela B.2, IT-17/2022 - CBM/RN):

- 02 (duas) horas de Teoria de combate a Incêndio;
- 03 (três) horas de Prática de Combate a Incêndio;
- 03 (três) horas de Teoria e Prática de Primeiros Socorros.

Os módulos podem ser realizados separadamente desde que não haja prejuízo na continuidade do aprendizado e da sequência lógica do conteúdo programático;

A empresa responsável pelo treinamento da brigada deve adequar os conteúdos dos módulos à carga horária aplicável para o nível intermediário.

8. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Para a definição da metodologia utilizada na estimativa dos quantitativos foi utilizado o documento que tem por objetivo descrever as medidas de segurança contra incêndio e pânico previstas no Processo de Segurança Contra Incêndio e Pânico nesta unidade da Polícia Federal: Memorial Descritivo - Cálculo da Brigada de Incêndio; , conforme IT-17 CBM-RN;

Além disso, levou em consideração para avaliação em relação aos quantitativos a natureza do trabalho, os turnos e eventuais afastamentos.

Descrição	Código SIASG	Unidade	Quantidade
TREINAMENTO TEÓRICO E PRÁTICO PARA FORMAÇÃO DE BRIGADISTAS DE INCÊNDIO - NÍVEL INTERMEDIÁRIO.	13404	Matrícula	50 (cinquenta)

9. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 4.600,00

Para o valor estimado da contratação foi realizada pesquisa de preços, nos termos da legislação vigente, e os documentos que servirão de base ao levantamento serão juntados ao presente processo.

10. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

A regra a ser observada pela Administração nas licitações é a do parcelamento do objeto, conforme disposto no Inc. VIII, do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, mas é imprescindível que a divisão do objeto seja técnica e economicamente viável e não represente perda de economia de escala (Súmula 247 do TCU).

Neste sentido, a natureza do serviço não permite o parcelamento da solução, tendo em vista que tal medida pode acarretar em inviabilidade econômica com a diminuição do interesse pela participação e consequente aumento do valor do serviço.

11. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não se aplica.

12. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A prestação do serviço a ser contratado está alinhada de forma devida aos objetivos do Plano Estratégico da Polícia Federal 2024-2027.

13. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Além de promover a prevenção de sinistros e acidentes envolvendo danos e ajudar no combate a princípios de incêndios e prestar os primeiros socorros para as vítimas, a referida contratação visa ainda atender às exigências normativas de Combate a Incêndio e Pânico, possibilitando a regularização desta descentralizada perante ao CBM/RN.

14. Providências a serem Adotadas

Não há providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato.

O serviço a ser contratado não demanda nenhum conhecimento técnico-específico para sua gestão/acompanhamento, no entanto será necessário que os servidores designados para fiscalização acompanhem as possíveis atualizações legislativas pertinentes ao objeto.

15. Possíveis Impactos Ambientais

Não foram verificados impactos ambientais para o objeto desta contratação, no entanto, faz-se necessário a adoção de ações, como boas práticas na prestação dos serviços a serem desempenhas por intermédio de seus profissionais:

A otimização de recursos materiais;

Racionalização/economia no consumo de energia (especialmente elétrica) e água.

16. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

16.1. Justificativa da Viabilidade

Em relação a análise técnica, a contratação pretendida se adequa perfeitamente à necessidade de atendimento ao PPCI desta unidade e assim, obedecer as exigências normativas de Combate a Incêndio e Pânico, possibilitando a regularização desta unidade perante ao órgão fiscalizador competente.

Portanto, contratação é viável e imprescindível, levando em consideração as necessidades da Administração e as exigências da legislação vigente.

17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543](#),

[de 13 de novembro de 2020.](#)

FELIPE DE FREITAS FORMIGA

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 24/06/2024 às 11:30:42.